

RtPaut no RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.472 - SP (2018/0308119-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS ZANON - SP163266
DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES - SP295549
CAMILA STRAFACCI MAIA TOSTES E OUTRO(S) -
DF060668
SOC. de ADV. : MUNDIE E ADVOGADOS
REQUERIDO : MUNICIPIO DE ITUVERAVA
ADVOGADO : ALEX CRUZ OLIVEIRA - SP194155

DESPACHO

Vistos.

Fls. 1.036/1.043e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual (art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ) do Agravo Interno de fls. 1.004/1.030e, apresentada por **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sob os seguintes fundamentos (fl. 1.038e):

6 - O tema aqui discutido, transferência dos ativos de iluminação pública, a despeito do franco dissídio jurisprudencial nas instâncias ordinárias, permanece sem resposta das instâncias superiores, comprometendo a segurança jurídica.

7 - Com efeito, a CPFL apresenta listagem, produzida por amostragem, que mostra a existência de pelo menos 418 1 processos, em curso em órgãos da Justiça Estadual e da Justiça Federal, em que se debatem (e divergem) sobre a transferência dos ativos de iluminação pública e a competência normativa da ANEEL para instituir a Resolução Normativa nº 414/2010:

(...)

8 - Mais diverso (e controverso) não poderia ser o entendimento dos tribunais regionais. Para que não se tenha dúvidas disso, veja-se, pe. ex., que o TRF1 possui decisões das 5ª e 6ª Turmas afirmando a aplicação do Resolução Normativa nº 414/2010 e mantendo a transferência dos ativos nele prevista . No mesmo sentido, no âmbito do TRF2, há precedente em sentido análogo.

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao

julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora